

A COBERTURA DO MASSACRE DE DILI NA IMPRENSA DE QUALIDADE BRITÂNICA – O OLHAR DE UM JORNALISTA PORTUGUÊS

RUI ALEXANDRE NOVAIS *

Normalmente preconiza-se que Timor Leste é um território demasiado remoto e marginal em termos de assuntos mundiais para merecer o estatuto de furo/caixa jornalístico ou, até mesmo, qualquer tipo de cobertura mediática consistente na imprensa europeia (com a excepção, por motivos óbvios, do caso português e, se quiserem, a nível mundial, da imprensa australiana). Na verdade, no que concerne à imprensa britânica de qualidade, Timor Leste nunca constituiu um tema recorrente, apesar do considerável interesse da tragédia humana envolvida e das contínuas violações dos mais elementares direitos ao longo dos anos. Desde a invasão da antiga colónia portuguesa em Dezembro de 1975 que a distância geográfica, a relativa diminuta importância do território timorense e a cumplicidade governamental britânica motivada pelas relações comerciais privilegiadas parecem conjuntamente justificar a escassez do tratamento noticioso devotado a Timor Leste pela secção internacional da imprensa de qualidade britânica. Todavia, em Novembro de 1991, o episódio celebrizado como *Massacre de Dili* constituiu um marco histórico em termos da exposição de Timor Leste, emergindo o território do esquecimento mediático e diplomático a que tinha sido votado.

A minha comunicação, que se insere numa investigação de doutoramento em curso na Universidade de Kent, no Reino Unido, procurará explicar em que circunstâncias o *Massacre de Dili* constituiu um «turning point» na evolução da cobertura de Timor-Leste pela imprensa de qualidade

* Universidade de Kent, Reino Unido.

britânica, tendo como principal termo de comparação o tratamento que a imprensa portuguesa deu ao mesmo episódio.

Desde logo, temos de admitir que durante os anos 70 a cobertura jornalística de Timor-Leste era uma missão impossível. A proibição de acesso ao território aliada às precárias condições técnicas ao dispor dos jornalistas condicionavam ou praticamente impossibilitavam a cobertura. Dois exemplos serão suficientes para elucidar esta questão.

1.º – Um diplomata ocidental que teve a oportunidade de entrevistar e que estava colocado em Jacarta aquando da invasão e consequente anexação do território confessou-me que até eles tinham dificuldade de acesso às informações para redigir os relatórios *oficiais*.

2.º – A morte de cinco jornalistas ocidentais (dois britânicos, dois australianos e um neo-zelandês), em Dalibo em 1975, confirma a dificuldade de obtenção de notícias independentes do território.

Nesse sentido, até ao final da década de 80, Timor-Leste manteve-se um território fechado ao exterior e as dificuldades perduraram (apesar de excepções pontuais como a visita de Rui Araújo a Timor, em 1983, autorizada pelas autoridades indonésias). No entanto, Suharto, visando melhorar a imagem internacional do seu regime ou porque pretendia desacreditar Benny Murdani (um dos mentores da invasão e a figura central da ocupação indonésia, mas já nesta altura um adversário confesso do presidente Indonésia), decidiu abrir o território em 1989, permitindo a deslocação a Timor-Leste de diplomatas, dignatários internacionais e, obviamente, da imprensa.

As consequências não foram imediatas e a crescente visibilidade de Timor Leste na imprensa internacional apenas se traduzia em dois picos ainda que pouco significativos.

- 1) Em 1989, na breve visita do Papa João Paulo II ao território. Aquando da missa ao ar livre celebrada pelo pontífice, um grupo de Timorenses demonstrou-se contra a integração.
- 2) Em 1990 o embaixador americano em Jacarta, John Monjo, foi acolhido por uma demonstração em frente ao hotel onde se hospedava.

Apesar das repetidas e continuadas violações dos direitos humanos desde a invasão, a gravidade só foi revelada em Novembro de 1991, quando as tropas indonésias abriram fogo sobre uma demonstração Timorense no cemitério de Santa Cruz. O episódio deu-se no dia 12 e ficou celebrizado como o *Massacre de Dili*.

A exposição internacional do massacre causou uma onda de indignação e protestos generalizados sem precedentes. A distância geográfica manteve-se, mas a distância psicológica diminuiu, colocando a tragédia Timorense na agenda noticiosa internacional.

Poderia supor-se que a tragédia humana em Timor desde 1975 (com o ingrediente básico de uma potência que oprime uma minoria) atraísse atenção mediática e ajudasse a internacionalização da questão maubere. Por estranho que pareça (em parte justificada anteriormente), tal não foi o caso e a atenção a larga-escala devotada a Timor Leste só teve início na década de 90, em particular, no *Massacre de Dili*. Anteriormente já se tinham registado outros massacres, mas o que marcou a diferença, desta vez, foi a presença de estrangeiros, jornalistas ocidentais: Alan Nairn, Amy Goodman, Max Stahl e Steve Cox que, ao contrário dos colegas em Ralibo, sobreviveram. A presença de meios de comunicação aduzida pela morte de um ocidental (Kamal) transformou o incidente num dos principais cabeçalhos um pouco por todo o mundo. A partir desta altura, Timor Leste passou a marcar presença habitual nos noticiários mundiais, ainda que de forma ocasional (como se sabe, um dos factores que determina, ou pelo menos facilita, que determinado assunto mereça tratamento noticioso está relacionado com o facto de já ter marcado presença anteriormente).

Outro factor significativo foi a disponibilidade de imagens como comprovativo das atrocidades indonésias (embora, a nível da imprensa britânica, não tenha significado uma maior cobertura ou destaque, aliás as referências à existência de imagens são muito ténues ou inexistentes).

Detenhamo-nos, pois, no caso da imprensa britânica. Pela primeira vez em 16 anos, Timor apareceu na primeira página de um diário de qualidade (*The Independent*, 17/11, edição de fim-de-semana) e mereceu uma cobertura significativa, mantendo-se nas respectivas páginas ao longo do mês de Novembro, ocasionalmente em Dezembro e sobrevivendo no início do ano seguinte (apesar da concorrência dos acontecimentos na Bósnia, Tchechénia ou no Médio Oriente). Pela primeira vez, Timor Leste merecia, por direito próprio, cobertura mediática e não uma referência colateral aquando de um texto devotado à Indonésia. Finalmente, pela primeira vez, os editores receberam cartas de leitores (oriundas de activistas e de académicos especializados) e publicaram artigos de opinião bem como editoriais sobre este assunto.

Na imprensa portuguesa, o *Massacre de Dili* marcou presença cativa nas primeiras páginas (por mais de 20 dias no caso do JN) e foi protagonista das notícias principais e dos destaques editoriais ao longo do mês de Novembro, sendo mais visível nos diários do que propriamente nos semanários. Esta constatação, embora não cause nenhuma estranheza, serviu para confirmar que as relações culturais e, sobretudo, os laços históricos de potência-colónia são factores promotores de notícias.

No entanto, apesar da aparente consonância na generalidade da imprensa, há diferenças significativas a ressaltar, como seria de esperar mais marcantes no caso britânico.

Se o jornal *The Independent* cumpriu a promessa, feita aquando da sua fundação, de privilegiar a cobertura de acontecimentos internacionais, sendo o periódico que devotou mais espaço e durante um maior período de tempo ao massacre, o *The Guardian* confirmou a particularidade de concessão de espaço a activistas dos direitos humanos e, em particular, da causa Timorense. *The Times*, juntamente com o *Financial Times*, consagraram alguma atenção nos primeiros dias, mas rapidamente abandonam o assunto. No que concerne aos semanários, temos constatações para todos os gostos: desde incorrecções e omissões grosseiras por parte do *The Economist* (normalmente conhecido pelo rigor, mas fazendo um tratamento pobre de assuntos relacionados com direitos humanos), até ao silêncio absoluto da publicação mais próxima nessa altura do governo de John Major – *The Spectator*.

Salientamos brevemente a questão dos «enquadramentos» ou «molduras» presentes no tratamento noticioso devotado ao massacre.

A imprensa britânica não se concentrou muito tempo no massacre propriamente dito. O foco noticioso transferiu-se para o poder militar indonésio e para a formatação internacional do incidente, sem, no entanto, incluir referências ao Reino Unido (segundo fornecedor de armamento) e ainda para a comprometida reacção de não-condenação da Indonésia, excepção feita à camuflada tomada de posição como estado-membro da União Europeia. Para encontrarmos referências relativas à cumplicidade britânica, à dualidade de critérios da comunidade internacional, à necessidade de implementação de medidas de pressão sobre a Indonésia, ao direito do povo timorense à auto-determinação ou à realização de um referendo, temos de recorrer ao compartimento dos textos de opinião – por norma sob a forma de protestos marginais de activistas dos direitos humanos ou da elite académica, mas em geral isso não faz parte da memória e das preocupações britânicas.

Pelo contrário, em Portugal assistiu-se à nacionalização de um conflito distante. O massacre foi o protagonista noticioso durante o mesmo período. Foram notórias a presença constante do sentimento de culpa histórica e a mobilização de todos os quadrantes da opinião pública nacional. O caso de Timor é paradigmático em demonstrar como uma preocupação/prioridade de política externa pode influenciar a cobertura mediática de um evento.

Em jeito de conclusão, bastará dizer que, apesar do *Massacre de Dili* não ter proporcionado uma solução para a questão Timorense (que continuava distante da vista e no tempo), serviu para ampliar e focar a realidade maubere na imprensa internacional.